



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 679903 - SP (2021/0218281-2)

RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER
IMPETRANTE : PRISCILA MONTEIRO FARIA
ADVOGADO : PRISCILA MONTEIRO FARIA - SP367283
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : RIAN SERAFIM DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de RIAN SERAFIM DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2133145-89.2021.8.26.0000).

O paciente está preso preventivamente pela suposta prática do delito de tráfico de drogas.

Nesta via, a impetrante sustenta a ausência de fundamentação apta a justificar a segregação cautelar imposta ao paciente, reputando não atendidos os requisitos autorizadores da medida extrema, previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Acrescenta que o constrangimento ilegal decorre da violação do princípio constitucional da presunção de inocência, na medida em que a simples gravidade abstrata do delito não pode servir de mote para o tribunal ratificar a prisão preventiva.

Salienta, ainda, que as circunstâncias judiciais contemporâneas são favoráveis ao paciente, motivo pelo qual a sua liberdade não possui o condão de ofender a ordem pública, tampouco prejudicar a instrução criminal.

Ao fim, destaca que eventual condenação do paciente seria na figura privilegiada do tipo penal, que possibilita o cumprimento da pena em regime aberto; logo, inviável a decretação da medida extrema, mais severa que aquela decorrente de possível sentença condenatória.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem constitucional para revogar a custódia preventiva imposta ao paciente, ainda que com imposição de medidas cautelares diversas da prisão.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão. A decisão atacada está fundamentada com os elementos constantes dos autos.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente